

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
§ 1.º INTRODUÇÃO	7
A – CONCEITO DE OBRIGAÇÃO	9
1. Direito das obrigações. Noções introdutórias	9
2. Importância do estudo do direito das obrigações	13
3. A restrita variação no tempo e no espaço o direito das obrigações	15
4. Limitações ao princípio da autonomia privada	16
5. O lugar do direito das obrigações no direito civil	19
6. Conceito de obrigação	27
6.1. Os deveres jurídicos	27
6.2. Os “estados de sujeição” e os “ônus jurídicos”	29
7. As chamadas obrigações não autónomas	37
8. As obrigações (direitos relativos) e os direitos reais (direitos absolutos)	40
8.1. Manifestações da eficácia absoluta dos direitos reais: direito de preferência e direito de seqüela	45
8.2. O chamado efeito externo das obrigações. Apreciação	48
8.3. Direitos reais e direitos de crédito (cont.)	57
a) Os direitos reais, um poder directo e imediato sobre a coisa	57
b) A tipicidade dos direitos reais e a atipicidade dos direitos de crédito	60
c) Outras diferenças	61
9. As obrigações e os direitos de família	70
10. As obrigações e os direitos sucessórios	75

B – FUNÇÃO DA OBRIGAÇÃO	77
11. A obrigação enquanto meio de satisfação de um interesse do credor	77
12. O crédito como elemento do património do credor	82
C – ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO	87
13 Elementos constitutivos da obrigação	87
13.1. Os sujeitos	88
13.1.1. Obrigações de sujeito activo indeterminado	91
13.1.2. Transmissão das obrigações	92
13.2. O objecto: a prestação debitória. Objecto imediato e objecto mediato	95
13.2.1. Modalidades da prestação	98
13.2.1.1. Prestação de facto	100
13.2.1.1.1. Prestação de facto de terceiro	104
13.2.1.2. Prestação de coisa	108
13.2.1.2.1. Prestação de coisa futura	111
13.2.1.3. Prestações instantâneas e prestações duradouras	114
13.2.1.4. Prestações fungíveis e não fungíveis	122
13.2.1.4.1. A chamada sanção pecuniária compulsória	125
14. A questão da patrimonialidade da prestação	130
14.1. As soluções que consente	132
14.2. O tratamento da questão pelo nosso direito	137
15. O vínculo jurídico – como se estrutura	140
15.1. O direito à prestação	147
15.2. O dever de prestar	150
16. A relação obrigacional complexa	153
17. Deveres principais ou típicos e deveres secundários da prestação.	
Os deveres acessórios de conduta	157
18. A garantia	170
19. O verdadeiro conceito de obrigação (Andrade) ou a natureza jurídica da obrigação (Antunes Varela)	172
19.1. Generalidades	172
19.2. A obrigação como um direito <i>sobre</i> a prestação	173
19.3. As chamadas teorias patrimoniais	175
19.4. A teoria do débito e da responsabilidade	178
19.5. Não aceitação da teoria dualista (<i>Schuld und Haftung</i>)	180

19.6. A adesão à teoria que vê na obrigação um direito pessoal e que a estrutura como relação unitária (teoria clássica)	182
§ 2.º FONTES DAS OBRIGAÇÕES	185
20. Classificação das fontes	187
A – CONTRATOS	193
21. Conceito de contrato	193
22. Evolução histórica do conceito de contrato	194
23. As relações contratuais de facto	195
24. O princípio da liberdade contratual	202
24.1. Preliminares	202
24.2. A liberdade de contratar (<i>Abschlussfreiheit</i>)	204
25. Limitação a liberdade de contratar	207
26. A liberdade de fixar o conteúdo dos contratos	215
26.1. Limitações à liberdade de fixação do conteúdo dos contratos	217
26.2. Os contratos de adesão	220
26.2.1. Vantagens e inconvenientes dos contratos de adesão	222
26.2.2. Natureza jurídica dos contratos de adesão	223
26.2.3. Regime jurídico dos contratos de adesão	225
26.2.4. Regime das cláusulas contratuais gerais (instituído pelo Dec-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro)	231
27. Contratos com eficácia real	234
27.1. Conceito	235
27.2. Eficácia real e eficácia obrigacional. Diferenças	237
27.3. Vantagens de cada sistema	239
28. A cláusula de reserva de propriedade	240
29. Contratos bilaterais e contratos unilaterais	243
29.1. O sinalagma genético e sinalagma funcional. A extensão do sinalagma	245
29.2. Manifestações do nexó sinalagmático. A excepção de não cumprimento do contrato	248
29.3. Outras manifestações do sinalagma. A cláusula resolutiva tácita	252

30.	Contratos gratuitos e contratos onerosos. Termos da distinção	253
30.1.	Importância da distinção	255
30.2.	Interdependência desta classificação com a anterior	258
31.	O contrato-promessa	260
31.1.	Introdução	260
31.2.	O contrato-promessa e outras figuras próximas	261
31.3.	Disciplina legal	263
31.4.	Requisitos de forma e substância	264
31.5.	Modalidades	266
	31.5.1. Contrato-promessa bilateral e unilateral	266
	31.5.2. Contrato-promessa com eficácia obrigacional e contrato- -promessa com eficácia real	277
31.6.	A transmissão da posição contratual	278
31.7.	Contrato-promessa sinalizado. Incumprimento	279
31.8.	Recusa de cumprimento da promessa	284
31.9.	Exclusão da execução específica	287
31.10.	Violação do contrato-promessa	293
31.11.	O direito de retenção	294
32.	Pacto de preferência	298
32.1.	Noção	298
32.2.	Distinção do pacto de preferência de outras figuras	301
32.3.	Natureza do direito de preferência. Requisitos	303
32.4.	Outros pontos do regime do direito de preferência	307
32.5.	Pluralidade de titulares do direito de preferência (art. 419.º)	316
32.6.	Estrutura jurídica do pacto de preferência	317
33.	Contrato a favor de terceiro	320
33.1.	Conceito e interesse prático	320
33.2.	Confronto com figuras afins	323
33.3.	Regulamentação do instituto	324
33.4.	Relação de cobertura e relação de valuta. A relação entre os contraentes	326
33.5.	A posição do terceiro	327
33.6.	A posição jurídica do promissário (<i>Versprechensempfänger</i>)	330
33.7.	Relações entre o promissário e pessoas estranhas ao benefício	332
33.8.	Prestações em favor de pessoa indeterminada	333
34.	Contrato para pessoa a nomear	334
34.1.	Noção e relevância prática	334

34.2. Figuras afins	336
34.3. Regime	337
34.4. Natureza jurídica do instituto	339
B – GESTÃO DE NEGÓCIOS	343
35.1. Noção	343
35.2. Justificação do instituto	346
35.3. Requisitos	347
35.4. A relação entre o gestor e o dono do negócio. Deveres do gestor	350
35.5. Os deveres do “ <i>dominus</i> ”	358
35.6. O “ <i>dominus</i> ” e terceiros	361
C – ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	363
36.1. Noção. Preliminares	363
36.2. Exemplificação. Grupos de casos de enriquecimento sem causa	367
36.3. Requisitos da obrigação de restituição	370
36.3.1. Enriquecimento	370
36.3.2. À custa de outrem	374
36.3.2.1. (Cont.). A unidade do procedimento de enriquecimento	377
36.3.3. Sem causa justificativa. A causa da prestação e a causa da obrigação	381
36.3.3.1. (Cont.). Outro sentido de “causa”	384
36.4. Ausência de outro meio jurídico (a subsidiariedade do enriquecimento sem causa)	387
36.5. Objecto da obrigação de restituir. A regra do duplo limite (correção)	393
36.6. Agravamento da obrigação de restituir	400
D – A RESPONSABILIDADE CIVIL	403
37. Generalidades	404
38. Responsabilidade por factos ilícitos. Pressupostos	406
38.1. O facto voluntário do agente	407
38.2. A ilicitude	408
38.2.1. A violação de um direito de outrem	409
38.2.2. A violação de normas de protecção (<i>Schutznormen</i>)	412
38.2.3. Necessidade do pressuposto da ilicitude	417
38.2.4. O abuso do direito	419

38.2.5.	Casos de ilicitude previstos na lei	423
38.2.6.	A justificação da ilicitude	428
38.2.6.1.	A ação direta	429
38.2.6.2.	A legítima defesa (a “Notwehr” dos alemães, § 227 do BGB)	432
38.2.6.3.	O estado de necessidade	433
38.2.6.4.	O consentimento do lesado	435
38.3.	A culpa. Noção	436
38.3.1.	A imputabilidade	437
38.3.2.	A culpa. Modalidades	439
38.3.3.	O dolo (o elemento intelectual do dolo)	441
38.3.4.	A negligência	443
38.3.5.	A autonomia dos conceitos de ilicitude e de culpa	446
38.3.6.	A prova da culpa	449
38.3.6.1.	Responsabilidade de pessoas obrigadas à vigilância de outrem	449
38.3.6.2.	Danos causados por edifícios	452
38.3.6.2.1.	A relevância negativa da causa virtual	454
38.3.6.3.	Danos causados por coisas ou animais ou causados no exercício de atividades perigosas	456
38.4.	O dano. Noção	457
38.4.1.	Modalidades de dano	458
38.4.2.	Ressarcibilidade de danos não patrimoniais	465
38.4.3.	A indemnização no caso de morte da vítima	468
38.4.4.	Indemnização no caso de lesão ou de morte do animal	471
38.5.	Nexo de causalidade entre o facto e o dano. A questão	475
38.5.1.	Teorias sobre o nexo de causalidade	476
38.5.2.	A teoria da causalidade adequada	479
38.5.3.	Algumas precisões à teoria da causalidade adequada	484
39.	Formas de indemnização	485
39.1.	Reconstituição natural e por equivalente	485
39.2.	Desvios à teoria da diferença	489
39.2.1.	A mera culpa do lesante	489
39.2.2.	Cláusula de limitação ou de exclusão de danos	492
39.2.3.	Concurso de culpa do lesado	495
40.	A titularidade do direito à indemnização	498
41.	A prescrição do direito à indemnização	501
42.	A indemnização arbitrada em processo penal	504